

TSE vê erro e rejeita pedidos de militares para eleições



O ministro Edson Fachin, presidente do TSE, durante sessão do STF Felipe Sampaio - 22.set.21/Divulgação STF

TSE aponta erros de militares e rejeita novas propostas para eleições

Tribunal eleitoral responde a sete perguntas das Forças Armadas em meio à pressão de Jair Bolsonaro e do ministro da Defesa

Mateus Vargas

BRÁSILIA O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) informou nesta segunda-feira (9) que rejeitou novas sugestões das Forças Armadas sobre o processo eleitoral de 2022. A decisão da corte ocorre no momento em que o presidente Jair Bolsonaro (PL) amplia insinuações golpistas, ataques às urnas e promete contratar uma auditoria privada que pode, segundo ele, "complicar" o tribunal antes da eleição.

O TSE nega de forma assertiva as 7 sugestões dos militares e diz que o restante já está em prática, ou seja, que não há o que mudar.

Em ofício enviado aos membros da CTE (Comissão de Transparência Eleitoral), órgão que tem uma cadeira para as Forças Armadas, o presidente do TSE, ministro Edson Fachin, reafirma que o pleito deste ano terá segurança.

"A Justiça Eleitoral tem historicamente assegurado a realização de eleições íntegras em nosso país. O êxito e a credibilidade conquistados pela instituição nesta tarefa maior de promoção da democracia firmam esta Justiça especializada como verdadeiro patrimônio imaterial da sociedade brasileira", afirmou Fachin.

Bolsonaro disse, na última semana, que o tribunal deveria "agradecer" ao Ministério da Defesa pelas propostas e "tomar providências".

Na resposta, a equipe do TSE aponta que as Forças Armadas confundem "conceitos" e erram cálculos ao apontar risco de inconformidade em testes de integridade das urnas.

O tribunal rejeita alterar, na eleição deste ano, a forma de seleção das urnas que vão passar por este tipo de auditoria, apesar de reconhecer que a escolha pode mudar no futuro.

O TSE ainda repete que não há "sala secreta" de totalização dos votos, um argumento repetido, sem provas, pelo presidente Jair Bolsonaro.

Em fevereiro, o TSE publicou em seu site documento com respostas a uma série de questionamentos das Forças

Depois disso, os militares enviaram, fora do prazo, segundo a corte, outras sete propostas.

O ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, e Bolsonaro cobraram a divulgação destes documentos.

Procurada, a Defesa não se manifestou. Também não divulgou a íntegra dos questionamentos feitos ao tribunal.

No ofício à comissão, Fachin disse que o TSE "manterá a sua firme atuação voltada a garantir paz e segurança nas eleições, a aprimorar o processo eleitoral, a propagar informações de qualidade".

O magistrado afirma que o tribunal eleitoral irá "exortar o respeito ao resultado das eleições como condição de possibilidade do Estado de Direito Democrático e de uma sociedade livre, justa e solidária, nos termos da Constituição".

De forma resumida, as Forças Armadas haviam feito propostas sobre sete assuntos:

1. Sobre o nível de confiança do teste de integridade

Os militares apontaram baixo nível de confiança no teste de integridade das urnas e pediram para readequar a quantidade de urnas para a análise. Também recomendaram a elaboração de dois planos amostrais para o teste, um para as eleições federais e outro para as estaduais.

O TSE negou o pedido, afirmando "que já houve substancial aumento da amostra de urnas sujeitas ao teste de integridade [...], trabalhando-se hoje com um nível de confiança superior a 99%".

A equipe do tribunal avaliou que é aceitável a ocorrência de "inconformidade igual a 0,05%" nas urnas, mas que a Defesa "pressupõe, equivocadamente, a probabilidade de ocorrência de inconformidade igual a 50%".

Diz ainda que "o documento das Forças Armadas confunde os conceitos de erro amostral e risco de amostragem, ao supor que um nível de confiança de 95% deveria ter um erro amostral de 5%, e que um nível de confiança de 96% deveria ter um erro amostral de 4%".

“

A Justiça Eleitoral tem historicamente assegurado a realização de eleições íntegras em nosso país. O êxito e a credibilidade conquistados pela instituição nesta tarefa maior de promoção da democracia firmam esta Justiça especializada como verdadeiro patrimônio imaterial da sociedade brasileira

Edson Fachin presidente do TSE

2. Processo de amostragem aleatório para seleção de urnas do teste de integridade

Os militares pediram, e o TSE negou que fosse feita por sorteio a seleção das seções que serão analisadas nos testes de integridade. A regra atual permite que entidades fiscalizadoras, como partidos e os militares, façam a escolha destas urnas para a análise.

O TSE afirma que a proposta não é inviável e pode ser adotada em eleições futuras. Mas rejeitou a alteração para este ano, por entender que esta medida deveria passar por discussões de entidades fiscalizadoras, "uma vez que implicaria na supressão de um direito que lhes foi reconhecido".

3. Totalização com redundância pelos TRES

Os militares pediram para ser mantido o método de totalização dos votos nos TRES, o que o tribunal disse que já é feito. "De posse dos boletins de urna que saem das urnas eletrônicas, qualquer pessoa ou instituição pode fazer suas totalizações, e isso já é feito", disse ainda o TSE.

"A análise [da Defesa] deixa de considerar que a centralização [no TSE] foi somente de equipamentos, sem que se tenha promovido qualquer mudança no arco de competências das diversas instâncias jurídicas envolvidas no processo", afirmou o tribunal.

O TSE repete que "não existem salas secretas [de totalização dos votos], tampouco a menor possibilidade de alteração de votos no percurso".

4. Fiscalização e auditoria

Os militares afirmaram que o TSE, ao não distinguir os termos "auditoria" e "fiscalização" na legislação, "deixa, por conta disso, de prever uma auditoria independente do processo eleitoral". O TSE diz que já há possibilidade ampla de auditoria e que, por isso, "considera-se que a sugestão já se encontra hoje incorporada".



5. Inclusão de urnas UE2020 no Teste Público de Segurança

As Forças Armadas sugeriram que sejam incluídas nos testes públicos de segurança (TPS) as urnas eletrônicas do modelo de 2020, as quais serão utilizadas neste ano.

O tribunal afirma que o modelo atual tem arquitetura de segurança compatível com a urna de 2015, que passou por este tipo de teste.

Diz que o novo modelo que “possui também aprimora-

mentos importantes que a torna mais segura do que o modelo 2015 e anteriores”.

Afirma ainda que a urna eletrônica passa por outros tipos de testes e que “entende-se que qualquer ataque à UE2020 seria mais improvável de ter sucesso que o modelo 2015”.

6. Procedimentos normativos para a hipótese de verificação de irregularidade em teste de integridade

As Forças Armadas cobram melhor forma, divulgada de forma antecipada, de resposta à possível irregularidade encontrada no teste de integridade. Diz que as reações hoje previstas são “insuficientes”.

O TSE afirma que segue estudando o tema para eventual aprimoramento, mas que as regras eleitorais já contemplam respostas, como conferência das digitações das cédulas divergentes.

“Caso verificada alguma inconsistência nos testes de integridade, a qual não seja solucionada pela contagem dos votos ou pelos registros de filmagem, caberá à juíza ou ao juiz eleitoral adotar as providências e investigações necessárias para elucidar a questão.”

7. Duplicidade entre abstenção e voto

Os militares pediram divulgação de relatório de abstenções e dos dados dos óbitos entre eleitores registrados.

O TSE negou o pedido. Disse que as entidades fiscalizadoras já podem atuar se houver indício de fraude. “Pondera-se ainda que, caso acatadas as sugestões em tela, poder-se-á desrespeitar os princípios da adequação e da necessidade, previstos no art. 6º, incisos II e III, da Lei nº 13.709/2018, cognominada, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 4 e 5